

CIÊNCIA & COMUNICAÇÃO

por

José d'Encarnação*

Resumo: Comunicar resultados científicos de forma acessível a um público alargado torna-se cada vez mais necessário. Importa, por isso, que os investigadores se industriem nas boas técnicas de uma comunicação eficaz. Com base em exemplos concretos de obras recentes, procura-se mostrar aspectos positivos e negativos dessa comunicação.

Palavras-chave: Ciência; comunicação; arqueologia.

Poderia ser nome de empresa jornalística ou da área das Relações Públicas: *Ciência & Comunicação*. Não hesitei, porém, em correr esse risco. Na verdade, o tema da **comunicação** aplica-se cada vez mais ao âmbito da Ciência (com C grande), quer estejamos a referir-nos às Ciências ditas Exactas e Experimentais quer às Ciências Sociais e Humanas. Aliás, não andaremos longe da verdade se dissermos que a criação do Curso de Jornalismo na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra se deveu também – pela influência, quiçá, que nela tiveram e continuam a ter docentes da área de História – à necessidade sentida de se estudarem, em conjunto com responsáveis por outras áreas do conhecimento leccionadas na Faculdade, as técnicas da Comunicação.

Foi seguramente a História um dos primeiros domínios em que mais se sentiu a urgência de estreita e nem sempre fácil aliança entre a escrita e o rigor do documento que constitui a fonte da reconstituição do Passado. E quando, no longínquo ano lectivo de 1965-66, um punhado considerável de estudantes de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa escolheu, como opção, a cadeira de Literatura Portuguesa I, nem suspeitaria que o sempre saudoso Mestre, Prof. Lindley Cintra, aceitaria, também ele de muito bom grado, o desafio que essa opção lhe implicava e que vinha, de resto, ao encontro dos seus mais recentes interesses científicos: dar prioridade ao conteúdo histórico da produção literária medieval peninsular, desde *El Cantar del Mio Cid* às *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X, aos Cronicões... E se uma das visitas obrigatórias foi à Arrábida de Sebastião da Gama – com sentida romagem ao cemitério de Azeitão e leitura de textos na Quinta da Bacalhoa

* Universidade de Coimbra.

(o casamento feliz da História com a Literatura e a Arte) – na outra se demandou Vale de Lobos, em pleno coração do Ribatejo, na evocação de Alexandre Herculano, o mestre do romance histórico, essa magnífica recriação de uma História em roupagens de Literatura.

Consolidei os ensinamentos hauridos nos bancos da Instrução Primária pela mão sábia de Zulmira Fialho Faria; depois, nas escolas salesianas, com mestres que não regateavam correções de ortografia e de estilo; e, já no decorrer da vida universitária, com José Júlio de Carvalho e João Martinho de Freitas, quando integrei o corpo redactorial do *Jornal da Costa do Sol*. Como docente, no Ensino Secundário e na Universidade, mais não fiz que procurar seguir tão preclaros exemplos: interessava o conteúdo, sim; mas à esbelteza e correção da forma se haveria igualmente de prestar atenção. E, nesse domínio, a linguagem sintética e pensada dos monumentos epigráficos, tão dependentes também eles das regras da Comunicação – são mensagem a transmitir em perenidade – acentuou tendências, reclamou uma atenção redobrada.

Rejubei, por exemplo, quando Inês Byrne, ao regressar de uma permanência ERASMUS em Itália, me ofertou *Iscrizioni Funerarie Romane*, um livro de Lidia Storoni Mazzolani (Milão, 1991)¹. A autora – cuja obra vim a conhecer depois, permitindo, aliás, o cimentar de uma inesperada Amizade – soubera captar quanto de ‘literário’ singelo epitáfio pode conter, como, anos antes, Raymond Chevallier sublinhara no seu clássico *Épigraphie et Littérature à Rome* (Faenza, 1972), tema que, mais recentemente, a escola de Filologia Latina da Universidade de Barcelona haveria de retomar com êxito².

E haverá aí linguagem mais nua, concreta, despida de artifícios, pejada de termos técnicos, como a dos artigos e livros de Arqueologia?...

“O Alentejo tem música, nem só chocalhar de gado ou guizalhar das carroças; tem música feita de vozes, que ninguém canta sozinho (...).

No coração do Alentejo, a quatro léguas de Beja, a vila da Vidigueira não tem só em redor dela a imensidão das searas; tem “hortas” com romãzeiras, laranjais bem compassados, regimentos de oliveiras e vinhas de justa fama. Fica-lhe perto, outra vila, nouro tempo notada por seus conventos, suas piedosas ermidas: Vila de Frades. (...)

Ficam, no aro de Vila de Frades, as ruínas de um enorme casarão que a memória dos homens tinha por antigo convento da regra de Santo Agostinho, mas primeiro, da de S. Bento. Fialho de Almeida imaginou-o solar de mouros (...). Mas o casarão, antes de ser solar de um mouro que nunca existiu, foi *villa* romana, situada no aro de *Pax Iulia*.”

“Morreu o derradeiro capelão no dia 21 de Novembro de 1723; ou foi, nessa data, a sepultar. Estava fria a terra que o cobriu. Ficou deserto o casarão, pasmado, amargurado de tanta solidão. Agora, quem o visita, se o souber entender, o ressuscita; mas há-de imaginar a herdade acordando com o cantar amarelo dos galos, a fadiga dos criados ou a mansidão do convento. Se não tivermos sabido, com palavras, ajudar quem aqui vem a ressuscitar o monumento, cremos que as imagens para isso servirão”.

¹ Cf. recensão in *Conimbriga* 21, 1992, 197-199 e José d'ENCARNAÇÃO, *Estudos sobre Epigrafia*, Coimbra, 1998, 131-134.

² Marc MAYER, Mònica MIRÓ e Javier VELAZA, *Litterae in Titulis, Tituli in Litteris (Elements per a l'Estudi de la Interacció entre Epigrafia i Literatura en el Món Romà)*, Edicions de la Universitat de Barcelona, 1998.

... Pois é assim que começa e que termina um livrinho sobre as ruínas romanas de São Cucufate³.

“O perfil exacto e severo dos ciprestes anunciava, até há pouco, a cidade, cuja muralha, de súbito, ao fundo, se descobria. Trabalhos recentes de viação destruíram a quietude do acesso, que, aliás, não era o primitivo caminho de quem, no tempo dos Romanos, chegava a Conimbriga. Desapareceu há muito a calçada original, puída dos passos, trilhada dos rodados; agora não é mais que uma suspeita, a atravessar a Mata da Bufarda. Esta foi, na Idade Média, fojo de ladrões; hoje não tem rumor de gente”.

“Da cidade e das *villae* de que falámos, não restam hoje senão ruínas; as estradas, trocadas por outras rotas, são caminhos sem carros, de poucos percorridos ou de todo abandonados.

A morte lenta de uma cidade é coisa que o povo não imagina. Por isso se gerou a lenda de um rei suevo (...). E o povo, acorrentado, olhando a cidade que para trás se lhe ficava, a arrefecer do incêndio, murmurava: “Como a deixa!”. Assim teria a cidade deserta tomado o nome de Condeixa...”.

Assim começa e assim termina a evocação da cidade romana de Conimbriga⁴. O “chão escutado” – que não basta escavar meticulosamente, descrever miudamente os materiais exumados, remirar pormenores arquitectónicos com vista a uma reconstrução coerente: o mais importante, quiçá, é escutar as mensagens, sentir o Homem que está por detrás das pedras, dos signos e dos objectos⁵.

Tanto num livro como noutro, a arte de bem comunicar ao serviço da Ciência.

Já lá vão longe os tempos das primeiras edições do programa televisivo *Um Dois Três*, em que, a custo, Carlos Cruz, pelos seus conhecimentos e prestígio, logrou arrancar dos arcanos bancos universitários cientistas consagrados, que, perante as câmaras e não sem forte dose de ousadia, de luta contra a corrente, vieram publicamente falar do que faziam, do entusiasmo que a investigação lhes despertava, do interesse que as suas pacientes descobertas poderiam ter. E qual não foi o espanto quando se verificou que também isso tinha audiência, também isso suscitava a atenção.

Daí aos hoje quase vulgares *talk-shows*, conversas em estúdio com sábios e homens de Ciência, foi um passo. Não tenho dificuldade já em trazer ao “A falar é que a gente se entende”, programa radiofónico que mantenho, há mais de doze anos, numa rádio local em Cascais⁶, biólogos de renome internacional (o Prof. Carlos de Sousa Reis, por exemplo); o presidente da Sociedade Portuguesa de Menopausa (Prof. Manuel Neves e Castro); a Prof.^a Isabel do Carmo, docente e investigadora em Nutrição da Faculdade de Medicina de Lisboa; a portuguesa Ana Waagan, uma das maiores especialistas em Cirurgia Cardiovascular, catedrática em Harvard; zoólogos, como o Prof. Pedro Ré, do Instituto do Mar...

³ Jorge de ALARCÃO, *Roteiros da Arqueologia Portuguesa 5 – S. Cucufate*. IPPAR, Lisboa, 1998. Edição trilingue. As citações são das páginas 6-8 e 55. Cf. recensão in *Jornal da Costa do Sol*, 10-9-1998, sob o título “Roteiros de Arqueologia promovem turismo”.

⁴ Jorge de ALARCÃO, *Conimbriga – O Chão Escutado*. Edicarte, Funchal/Lisboa, 1999. As citações são das páginas 9 e 141. Vide a recensão que publiquei em *Al-madan*, 9 (Outubro de 2000), p. 188-189.

⁵ Cfr., a este propósito, ainda que possa parecer lateral ao tema em questão, mas não o é, o meu prefácio “Utilidade e outros saberes” à obra *Lucernas Romanas (Catálogo)*, de Eurico de Sepúlveda e V. Rafael Cordeiro de Sousa, editada pelo Museu Municipal de Torres Vedras, 2000.

⁶ CSB Rádio. Aos domingos, das 11 ao meio-dia, de Outubro a Julho (inclusive).

De um modo geral, a conversa flui sem recurso a terminologias técnicas que os ouvintes não perceberiam, até porque tenho logrado escolher excelentes comunicadores, que já fizeram ‘tarimba’ em fóruns internacionais. Sabem que investigar é importante, mas comunicar não o deixa de ser menos.

“Um bom cientista pode não ser um bom professor”, diz-nos a experiência; mas temos dificuldade em compreender como é que, em provas públicas de progressão na carreira, inclusive a nível de agregação, a lição (por exemplo) é lida sem o recurso às mínimas técnicas de dicção e teatralidade (no sentido nobre do termo); acompanhada por acetatos que teimam em ser postos de pernas para o ar e estão perfeitamente ilegíveis, tão miúdos são os dizeres, mesmo para quem está em primeira fila; desacompanhada de esquemas elucidativos da mensagem que (supostamente) se deseja transmitir.

E as comunicações em reuniões científicas? Quando se querem ler nos dez minutos concedidos pela Mesa, conforme estava previsto, as dez páginas que laboriosamente se redigiram, incluindo um montão de datas, citações bibliográficas com página e tudo...?! O pior é que esses erros se repetem e poucos se disponibilizam a cerrar fileiras em prol de uma comunicação melhor, mais terra-a-terra, consciente das realidades.

Quando, em Junho de 2000, num colóquio em Itália, a senhora que monocordicamente lia o seu texto fez – finalmente! – breve pausa para respirar, um dos sábios que adormecera convenceu-se de que a colega terminara e apressou-se a aplaudir, perante o riso contido de todos... O certo é que a senhora prosseguiu até final, no mesmo tom; e, se me perguntarem de que falou, responderei: “Espero ter coragem de ler no volume de *Actas*”. O aplauso intempestivo, sinal evidente de ‘mensagem por passar’, não foi sequer compreendido.

Tempestivo é, porém, o incontestável aplauso que merece recente livro, em boa hora patrocinado pelo (então) Ministério da Ciência e da Tecnologia (e outra atitude não seria de esperar da clarividência de Mariano Gago): *Como Falar com Jornalistas sem Ficar à Beira de um Ataque de Nervos* (Gradiva, Lisboa, Abril de 2001). Tendo como subtítulo *Guia para investigadores e profissionais de comunicação*, ele é o excelente resultado (diga-se desde já) da experiência colhida por dois jornalistas do *Público*, António Granado e José Vítor Malheiros, não só com os seus “colegas da secção de Ciência e Tecnologia” daquele jornal como – e sobretudo – com “todos os investigadores, empenhados na correcta divulgação do seu trabalho e convictos do direito do público a ser informado, que tiveram a paciência de perder horas de conversa connosco ao longo dos anos, das quais saíram muitas das ideias e sugestões presentes neste guia” (p. 5).

* * *

Antes, porém, de nos determos um pouco mais longamente – vale a pena! – sobre o conteúdo dessas preciosas 165 páginas, permita-se-me que, em total espírito de crítica construtiva, exemplifique como, na verdade, o que atrás se disse e o mais que no livro de A. Granado e J. V. Malheiros se pode ler se reveste de importância fundamental.

Escolhi para o efeito duas obras completamente distintas – no conteúdo, na forma e na finalidade. Enferma qualquer delas, em meu entender, de deficiências graves, que detêm, porém, um denominador comum: a falta de à-vontade, o clima de deficiente diálogo, o pudor de ofender – quando, há que repeti-lo, todos nós erramos, é errando que se aprende (já os Antigos

o diziam, “errando discitur”) e, amiúde, quem de direito não soube, delicadamente e em espírito de colaboração e amizade, levantar a questão nos termos precisos em que o deveria fazer.

Exemplifiquemos, pois.

Uma “carta arqueológica”

Já que referimos a Arqueologia, comecemos por um livro magnificamente apresentado do ponto de vista gráfico: a *Carta Arqueológica do Concelho de Sertã*, da autoria de Carlos Batata, em luxuosa edição da Câmara Municipal de Sertã (1998), no âmbito do Subprograma C – Procentro.

Impresso na Gráfica Almondina, de Torres Novas, sob *design* gráfico de Rui Mendes, tem preciosa capa em cartolina rija de 3 mm de espessura, onde, sobre o pano de fundo da Carta Militar de Portugal n.º 289, se disseminaram, como que em relevo e obedecendo a critérios estéticos, as fotos dos objectos arqueológicos mais vistosos procedentes do território sertaginense. Registe-se, aliás, que são também muito bonitas e elucidativas as abundantes fotografias, do Autor, que ilustram cada um dos 27 itens que, sob o título “CATÁLOGO DAS ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS (e materiais arqueológicos avulsos)”⁷, constituem realmente o cerne do trabalho – identificado na ficha técnica como *Património Arqueológico do Concelho de Sertã*.

Carlos Batata – licenciado na variante de Arqueologia e arqueólogo com bastante prática no terreno – dá sucinta conta, na *Introdução* (p. 7 e 8), da pesquisa realizada no território do concelho, de que se destacam as campanhas de escavações no Castelo (n.º 22, p. 58-81), que é o vestígio naturalmente tratado com mais larga cópia de pormenores; no Castro de St.ª Maria Madalena (n.º 10, p. 26-35); e na “Estação Arqueol.ª da Mata Velha” (n.º 13, p. 42-47), que poderá vir a ser classificada – se os trabalhos prosseguirem – como *villa* romana ou mesmo como uma *mansio* ou uma *mutatio*, estruturas estas relacionáveis com a via identificada em Pedrógão Pequeno (n.º 18).

Obra que se apresenta como etapa de um processo em pleno desenvolvimento (“Conclusão”, p. 93), isto é, balanço de trabalho desenvolvido, enferma da ausência de uma reflexão prévia sobre os objectivos a alcançar.

Constitui, sem dúvida, um livro “de prestígio”, pela riqueza formal: requintada maquetização, papel *couché* bem encorpado, cuidadosa localização dos vestígios em cartas topográficas parciais e, acima de tudo, variadíssimas fotos a cores. Nesse aspecto, o título da ficha técnica – *Património Arqueológico* – era o adequado. Na intenção, é “Carta Arqueológica”, pois pretende gizar panorâmica dos vestígios arqueológicos. Fica-se, consequentemente, por um mero “catálogo”, de sítios e de materiais, desprovido de qualquer índice, nem todos eles merecedores do mesmo destaque nem deles é acentuada a real importância histórica, o que viria ao encontro da perspectiva que o presidente da autarquia teve intenção de sublinhar no prefácio: a melhor consciencialização do Passado ajuda a perspectivar o Futuro.

⁷ Há, neste título, isolado na pág. 9, de cortina, uma gralha tipográfica: *materias* em vez de *materiais*. O exemplo – assaz frequente – de como a evidência pode passar despercebida.

A Comunicação não esteve, aqui, ao serviço da Ciência. Uma obra de prestígio requeria linguagem escurrita, um discurso sequencial e atractivo que não tropeçasse, a dado passo, com... a descrição do estrato 2a de CS 96 A4 (p. 65) – apenas admissível num relatório de escavação.

Atente-se, ainda, em mais dois ou três pormenores, colhidos ao acaso:

1) O primeiro parágrafo da Introdução (p. 7):

“A história das investigações arqueológicas no concelho de Sertã remontam ao não longuíquo [sic] ano de 1994. Tendo sido colocado na Zona do Pinhal, de imediato se começou a investigar o Passado dos concelhos circunvizinhos”.

Deduz-se que o Autor, tendo sido colocado, como docente, numa terra eventualmente chamada Pinhal (é mais difícil que se chame “Zona do Pinhal”), depressa se começou a interessar pelos vestígios do Passado dos “concelhos circunvizinhos”, entre os quais (supõe-se) se inclui o de Sertã – embora, à primeira vista, seja estranho que não se haja interessado pelos que mais perto de si estariam: os do concelho a que pertence Pinhal.

Uma reflexão cuidada, uma leitura atenta teriam tornado compreensível o que, na redacção publicada, à letra resulta... de mais difícil apreensão.

2) Ao referir o material arqueológico exumado no Castro de St.^a Maria Madalena, escreve Carlos Batata (p. 34):

“Apesar do [sic] monte onde assenta o castro ser um enorme afloramento quartzítico, as peças recolhidas feitas neste material apresentam sérias dúvidas”.

O que é que isto quer dizer? “Dúvidas”... de que género? E não será porque estamos precisamente num afloramento quartzítico que as peças de quartzo aí recolhidas carecem de minuciosa análise, antes de as considerarmos artefactos expressamente preparados pelo Homem?

3) Ao tratar da Ponte dos Três Concelhos (n.º 16), esclarece Carlos Batata que ela “fazia parte de uma antiga via romana, detectada pelos autores no concelho de Vila de Rei (cf. Monografia Arqueológica de Vila de Rei)”.

Deixando de parte o facto de, por ser romana, ter de ser “antiga”; ficando por esclarecer porque é que, se a ponte ‘faz parte’ de algo que existe em Vila de Rei, se encontra no território de Sertã, ocorreria perguntar: quem são estes “autores”? Que monografia é esta, que não vem citada na bibliografia do final do volume?⁸

Um manual escolar

Maria Olívia Dias, professora auxiliar do Pólo de Viseu da Universidade Católica Portuguesa, deu à estampa, com chancela da Minerva, de Coimbra, em 1999, as notas avulsas

⁸ Como se compreenderá, esta sintomática iniciativa editorial merece, do ponto de vista científico, uma reflexão mais demorada, que é ainda minha intenção promover.

de que se tem servido na sua leccionação de índole propedêutica, subordinando-as ao título *Métodos e Técnicas de Estudo e Elaboração de Trabalhos Científicos*.

Vem a obra na sequência de outras, editadas entre nós, sempre na mira de ajudar o estudante e o investigador a elaborarem, o melhor possível, os seus trabalhos académicos, que vão desde a recensão bibliográfica à pequena nota, ao artigo especializado, à dissertação de doutoramento.

Deste ponto de vista, a questão primordial a pôr consiste em determinar-se com clareza **qual o objectivo do trabalho**, a que público é que se destina – porque, para usarmos dum aforismo popular, “conforme o toque assim se baila”.

Por certo Maria Olívia, apesar de expressamente o declarar, não se demorou o bastante na resposta a essa questão, pois há momentos em que escreve para docentes e outros para estudantes, nem sempre deixando clara essa distinção. Por exemplo, ao focar a diferença entre aula teórica e aula prática (p. 30-31), afirma:

- “As aulas teóricas devem ser bem preparadas pelo professor”;
- “Com a aula prática, há um maior diálogo entre professor/estudante, maior intercâmbio entre todos os participantes na aula”.

Quase seríamos induzidos a pensar, ao ler a primeira frase, que a diferença reside na boa preparação exigida para as teóricas, enquanto as práticas não requerem preparação... E esta reflexão serve para docentes ou para estudantes?

Levar-nos-ia longe uma análise página a página do conteúdo – tendencialmente interessante e útil – deste manual. Acentuarei, contudo, apenas mais dois aspectos:

1.º) A docente estudou, mui provavelmente, alguns anos em Itália, pois que foi na Pontifícia Universidade Gregoriana que se doutorou com a especialidade em Sociologia e Metodologia. Daí que, frequentemente, lhe saiam expressões e termos italianos sem inteira correspondência em português: por exemplo, ‘espertos’ (p. 50) detém um significado muito diferente de ‘peritos’ ou ‘especialistas’, que é o significado correcto do italiano ‘esperti’, a que corresponde mais proximamente ‘expertos’.

2.º) Uma coisa é usar fichas de suporte para uma expressão oral, em que a correcção gramatical sem sempre carece de ser rigorosamente respeitada, outra a passagem a livro dessas “notas”, em que o discurso há-de ter uma lógica expositiva coerente.

Foi, sem dúvida, tendo consciência clara desses aspectos que Maria Olívia Dias sujeitou o escrito (afirma-o na Introdução) à apreciação de dois colegas. E das duas uma: ou os colegas não fizeram a referida “leitura atenta” ou acanharam-se na apresentação de sugestões. Foi pena.

Reveste-se o livro duma actualidade flagrante. Basta ler o plano: depois de se assinalarem os métodos e as técnicas susceptíveis de darem eficácia aos estudos (p. 23-38) assim como os diferentes tipos de trabalhos desenvolvidos em cursos universitários (p. 39-55), explana-se a estrutura geral de um trabalho científico (p. 57-90), o plano a seguir (p. 91-103), que instrumentos usar para a recolha de material (p. 105-114), abordando-se, a concluir, as fases por que deve passar a elaboração de um trabalho científico (p. 115-138). Tudo entre-

meado de pertinentes achegas, descendo a pormenores do quotidiano nem sempre merecedores da atenção devida.

Não gostaria, porém, de esquecer o meu propósito: tratar da Ciência e da Comunicação. É nesse ângulo que o livro de Maria Olívia Dias pode constituir paradigma, por enfermar de notória dificuldade de expressão.

Recorto, de novo mais ou menos ao acaso, algumas frases:

1. “(...) estas breves notas que são aquelas que do nosso ponto de vista nos parecem ser as mais comuns entre a juventude universitária” (p. 20).

Ora, se já são ‘as mais comuns’, porque se torna necessário passá-las a livro?

2. “A falta de acessibilidade a estes instrumentos, quando se pretendem e necessitam utilizar, traz mais dificuldades na aprendizagem e no sucesso aos que não têm à mão estes meios” (p. 28).

É evidente, porque ‘a falta de acessibilidade’ só se verifica para os que ‘não têm à mão estes meios’... Meios que são, no entender da Autora, “o uso de livros, fotocópias, bibliotecas, arquivos, centros de documentação, computadores, *internet* e outros”. Regista-se aqui uma notável ausência de rigor lógico, para além da já referida inadequação de linguagem.

3. “Para fazer um exame com sucesso, este deve ser preparado antes de se pôr em prática. Nesta altura já é tarde para tirar eventuais dúvidas” (p. 35).

Compreende-se o que se quer dizer; mas... o que é que se diz? O que é ‘pôr em prática’ um exame? Que significa ‘nesta altura’?

4. Entre as “exigências de uma boa recensão”, assinala a Prof.^a M.^a Olívia Dias que ela “deve ser correcta”, pois “só os espertos podem atingir o uso da ironia inteligente e construtiva”. E acrescenta: “A polémica não se adapta a este tipo de trabalho, muito menos ao insulto, etc.” (p. 50). E deve ser justa, porque: “É injusta uma recensão que não seja verdadeira, cheia de preconceitos ou parcialidade”.

Um imperfeito domínio da linguagem escrita pode levar, inocentemente, a estas incongruências – evitáveis através de um diálogo aberto e salutar.

O... “ataque de nervos”

Compreender-se-á, por conseguinte, porque saudei de muito bom grado e inteiro aplauso a iniciativa de A. Granado e J. V. Malheiros. Um livro oportuno, bem escrito, claro, fluente, actual, de raríssimas gralhas. Para jornalistas; mas, sobretudo, para quem deseje eficazmente transmitir aos demais – aos leigos e aos seus pares – o resultado do seu labor científico. As regras para uma comunicação eficaz.

“Divulgar um trabalho científico junto do público” (p. 17) constitui, por um lado, uma atitude inteligente: “os artigos científicos tratados pelos órgãos de comunicação social são também aqueles que acabam por ser mais citados nas revistas científicas” (*ibidem*); é, por outro, um “importante contributo para a democracia”, pois tal divulgação se traduz num

aumento da cidadania, da “capacidade de compreender o mundo actual, de formar opinião sobre ele, de tomar decisões e de intervir para o modificar” (p. 19).

Importa, nessa ordem de ideias, saber um pouco do que são os jornalistas – não-especializados e “de ciência” – e quais as características de cada um dos meios de comunicação social (p. 20-30); de “como divulgar a investigação” (os assessores de imprensa, o comunicado, a conferência de imprensa, as visitas, a página na Internet... – p. 31-56). Como trabalham os jornalistas? – o exclusivo, a ilustração, a entrevista, o comentário, a reportagem... (p. 57-87). Que fazer para que uma reunião científica possa suscitar o interesse da Comunicação Social? (p. 88-105). Finalmente, como gerir “as relações entre cientistas e jornalistas” de molde a reciprocamente se revelarem do maior proveito? (p. 106-131).

Sucinta mas muito actualizada bibliografia e a transcrição do Código Deontológico dos Jornalistas, do Estatuto do Jornalista (Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro), assim como dos capítulos mais adequados ao tema constantes da Lei n.º 2/99 (Direito de Resposta) – antecedem elucidativo Glossário.

Todo o volume – de escassas 165 páginas já com os anexos – merece leitura atenta e consciente. Os tópicos assinalados constituem, não tenho dúvida, aliciente incontornável (para usar dum adjectivo recém-descoberto...). Permitir-se-me-á, no entanto, que sublinhe dois aspectos que, pelos motivos apresentados no início, particularmente me sensibilizaram:

1 – A clareza sem rebuços nem preconceitos com que se analisam e explicam os habituais conflitos entre cientistas e jornalistas: “que título sensacionalista!”, “os dados mais significativos do tema foram deixados para um plano menor”, “mandaram-me um indivíduo que não percebia nada disto!”... E, por outro lado, a importância que terá, no final de uma reportagem ou de uma entrevista, ouvir do jornalista a frase “Aqui tem o meu cartão; não hesite em contactar-me pelo telemóvel sempre que lhe pareça ter algo de interessante para contar” – isso significa que tudo correu muito bem.

2 – As regras “de ouro” (diria) a seguir, por ocasião da apresentação de comunicação num congresso ou reunião científica. As sugestões práticas contidas nas p. 95-105 são da maior actualidade. Exemplos:

- “Controle o seu tempo e evite que lhe chamem repetidamente a atenção para terminar”.
- “Distinga claramente o que existe de novo no seu trabalho e o que são resultados conhecidos”.
- “Fale de forma pausada, principalmente se houver tradução simultânea”.
- Corte todos os tópicos que não forem fundamentais.

Os que, há alguns anos, andamos nestas lides da Ciência e da Comunicação compreendemos o alcance da iniciativa, em boa hora patrocinada no âmbito do Programa Ciência Viva – porque, na verdade, “ciência viva” é aquela que sabe entrar sem esforço no quotidiano das gentes.

Sem torres de marfim de permeio.